

# A cidade africana contemporânea de origem portuguesa: São Tomé pré e pós-independência

The contemporary African city of Portuguese origin: Sao Tome pre and post-independence

Teresa Madeira da Silva

Arquiteta, doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), investigadora no DINÂMIA'CET-IUL, Lisboa - Portugal, e-mail: teresa.madeira@iscte.pt

## Resumo

A cidade de São Tomé foi território português desde as primeiras ocupações até 1975 (data de sua independência), tendo, nesse tempo, crescido segundo os princípios do urbanismo de origem portuguesa. Para além da cidade planeada e consolidada, construída no período de ocupação colonial, a cidade desenvolveu, sobretudo no período pós-independência, um outro tipo de estrutura sem planeamento. À semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, essa nova estrutura localiza-se na periferia do centro urbano. Este artigo apresenta dois argumentos. O primeiro considera que a cidade de São Tomé apresenta uma estrutura dual, tal como outras cidades africanas: uma zona central planeada, construída no período da ocupação colonial (pré-independência), e outra, periurbana, constituída essencialmente por habitações resultantes da expansão habitacional do centro urbano e com certas características semirrurais: vivendas associadas a espaços de produção agrícola familiar. O segundo argumento refere que tanto a estrutura central planeada, desenvolvida no período colonial, como a estrutura periférica não planeada, desenvolvida posteriormente, têm, na sua origem e desenvolvimento, a procura de relações com o território e, tanto numa como noutra, reconhecem-se estruturas urbanas adaptadas às condições locais.

**Palavras-chave:** São Tomé. Cidades africanas. Cidades de origem portuguesa. Formal e informal.

## Abstract

*São Tomé city was a Portuguese territory from the first occupations until independence in 1975; during that time, its growth was in line with Portuguese principles of urbanism. Outside of the city, which was planned and built during the colonial occupation, another type of structure developed without any planning. Like other African cities of Portuguese origin, this new structure is located on the outskirts of the urban center. This article presents two arguments. First, like other African cities of Portuguese origin the city of Sao Tome is believed to have a dual structure: a planned central area built during the colonial occupation (pre-independence), and*



*another of essentially peri-urban dwellings resulting from the spread of housing from the urban center and with semi-rural characteristics: houses together with spaces for family agricultural production. Secondly, both the central planned structure of the colonial period and the peripheral structure developed later strive to relate with the territory and the urban structures are therefore adapted to local conditions in both cases.*

**Keywords:** Sao Tome. African cities. Cities of Portuguese origin. Formal and informal.

## Introdução

No contexto dos estudos urbanos das cidades de origem portuguesa, é comum aceitar que a prática que se processava no continente português foi de certa forma exportada para as cidades da expansão, podendo, desse modo, afirmar-se que a tradição e a prática vigentes no continente na época (século XV), e em épocas anteriores e posteriores, foram o modelo que lhes serviu de base. Relativamente aos modelos que estiveram na génese das cidades insulares atlânticas e das cidades africanas de origem portuguesa, da qual a cidade de São Tomé faz parte, vários são os autores que referem a influência da cidade medieval e renascentista portuguesa do continente. Segundo Orlando Ribeiro (1962, p. 45),

o primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece, onde todas as cidades têm um ar de família.

Nuno Portas também refere que nas fundações de origem portuguesa fundadas na América Latina, Portugal, Costas da Índia e de África existe uma “constância dos modelos urbanísticos adotados”, assim como a “relação com a civilização de origem (...)” (PORTAS, 1995, p. 430). Igualmente, José Manuel Fernandes sustenta que os núcleos urbanos em estudo têm “uma influência mais ou menos direta do povoamento português” (FERNANDES, 1989, p. 247). Também Manuel C. Teixeira refere que “(...) todas elas tinham o mesmo modelo de referência, o que lhes dava um carácter comum. Estes modelos de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal” (TEIXEIRA; VALLA, 1998, p. 57).

É igualmente aceite que o seu desenvolvimento foi dual para maioria das cidades africanas

de origem portuguesa. Segundo Isabel Raposo e Cristina Henriques, e referindo-se à cidade de Maputo em Moçambique, “o aglomerado cresce dual: por um lado a cidade de ‘cimento’ dos colonos e por outro o ‘caniço’, sem direito de cidadania, onde se acomodam os seus múltiplos servidores” (RAPOSO; HENRIQUES, 2005, p. 114). Também David Leite Viana reconhece essa dualidade ao apontar, relativamente à matriz da cidade africana, termos como:

colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, a ordem e a desordem, o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas. Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a Cidade Africana e que a consubstancia enquanto mosaico urbano plural e polimórfico (VIANA, 2010, p. 5).

Também Ilídio do Amaral, em artigo publicado sobre o sector informal em países de África subsaariana, afirma: “Está provado que nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supere essas faltas (...)” (AMARAL, 2005, p. 58).

Um dos aspetos que caracteriza as ocupações de origem portuguesa, também referido por diferentes autores e facilmente observável em várias cidades, é o facto de se verificarem em quase todas elas características decorrentes da adaptação às condições locais, assim como de necessidades económicas, militares e de defesa. No caso das ilhas atlânticas, em cidades como o Funchal (na Ilha da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), ou a Cidade Velha (em Cabo Verde), ou cidades do continente africano, como Luanda (em Angola), Maputo e Beira (em Moçambique), só para citar algumas das

mais importantes, podemos verificar que as condições físicas do território originaram escolha cujos objetivos já estavam preestabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, acessibilidade para o interior do território, facilidade de plantar culturas rentáveis, defesa da cidade e abastecimento de água à população foram, como para as outras cidades costeiras do continente português, fatores determinantes para a escolha da localização.

Também para as áreas não planeadas, situadas nas periferias dos centros urbanos, a maioria das soluções encontradas, apesar dos baixos recursos das populações, são respostas às condições locais e a aspectos de ordem económica, social e ambiental. Assim, com relação à cidade de São Tomé e segundo Ana Silva Fernandes, Sá e Póvoas (2011, p. 2),

a recorrente elevação do solo (apoiando o espaço habitável em estacaria de madeira ou em pilares) ou a portabilidade das edificações (permitindo o desmonte e transporte para outro local) poderão apontar caminhos para a adaptação das construções populares às condições locais.

David Leite Viana (2010), referindo-se à cidade africana, aponta para a importância das morfologias flexíveis e regenerativas que a caracterizam, no sentido de elas serem o resultado da adaptação à diversidade dos contextos. Segundo esse autor, “é importante a consolidação da proposição de morfologias flexíveis e regenerativas da cidade africana, sensíveis e adaptadas à diversidade dos seus contextos (entendidos no sentido lato do termo: social; ambiental; económico; territorial, etc.), alvitando formas derivadas das mesmas” (VIANA, 2010, p. 12).

Tendo como ponto de partida as perspetivas anteriormente referidas, analisaremos a cidade de São Tomé contemporânea, de forma a entender as transformações que se operaram ao longo dos diferentes períodos de ocupação, de modo a identificar características que se enquadrem nos argumentos já referidos. Refletiremos, numa primeira parte, sobre a génese e a evolução da cidade de São Tomé pré-independência, a qual designamos *cidade histórica*

ou *centro urbano*. Depois refletiremos sobre a cidade pós-independência ou cidade dual, constituída pelo centro histórico e pela periferia. E, por fim, teremos uma conclusão acerca dos temas levantados no início deste artigo: a existência de uma cidade dual à semelhança das cidades africanas de origem portuguesa e a relação das estruturas urbanas respectivas com o território por meio da adaptação às condições locais e às necessidades de defesa e de carácter económico e ambiental.

### A cidade histórica<sup>1</sup> (pré-independência)

Os primeiros assentamentos que deram origem à cidade de São Tomé, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, surgem com o início do povoamento da ilha quando ela é doada a João Paiva em 1485, cerca de 15 anos após sua descoberta. São Tomé, uma das cidades africanas de origem portuguesa, situa-se no arquipélago de São Tomé e Príncipe e é sua principal cidade. O arquipélago divide-se em duas ilhas principais (a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe) e várias ilhotas, e foi território português desde a primeira ocupação até 1975, data da sua independência. Situado no Golfo da Guiné, o interesse pela ocupação desse arquipélago desde cedo se mostrou favorável. Esse facto deveu-se essencialmente a dois factores: por um lado, os interesses económicos que a coroa portuguesa mantinha em virtude do comércio no continente africano, por outro lado, as viagens que os portugueses efectuavam no contexto dos descobrimentos, durante o século XV, por todo o Oceano Atlântico.

A implantação do primeiro aglomerado urbano – a *Povoação* – foi condicionada por diversos fatores relacionados com a adaptação às condições locais e com fatores geográficos do território preexistente associados a necessidades económicas, sociais, ambientais e de defesa. Nesse sentido, o sítio escolhido caracteriza-se por se localizar junto a uma baía abrigada, numa zona onde existiam boas condições para a criação de um porto natural e as condições topográficas permitiam facilmente a implantação

<sup>1</sup> Parte do texto deste artigo referente à cidade histórica segue a linha desenvolvida em artigo publicado pela autora com o título “A cidade de S. Tomé”. In: FERNANDES, J. M. (Coord.). *África: arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011. p. 37-49.

de pontos de defesa. A proximidade de uma ou mais ribeiras constituía igualmente uma característica do sítio escolhido, uma vez que permitiam o abastecimento de água potável às populações. Igualmente, a proximidade de terras que servissem para o cultivo de produtos agrícolas, para a alimentação das populações e apoio aos navios constituía outra das características do sítio para a implantação do núcleo urbano de São Tomé.

Assim, no sítio escolhido, junto a uma baía abrigada (Baía de Ana Chaves) existiam boas condições para a criação de um porto natural. A topografia facilitava a implantação de pontos de defesa e a qualidade das terras proporcionava o cultivo de produtos agrícolas. Igualmente, a proximidade de uma ribeira (ribeira Água Grande), facilitava o abastecimento de água potável às populações. É aceite que a coroa portuguesa recomendou, no início do povoamento, a introdução de várias culturas rentáveis nas diferentes ilhas atlânticas. Este facto fez Francisco Tenreiro se referir à intenção de uma “colonização dirigida”, (TENREIRO, 1956, p. 46), que abarcou todas as ilhas atlânticas, fazendo com que, desde cedo, os primeiros povoadores se apercebessem da importância das terras que melhor se prestavam para a exploração agrícola. O pequeno aglomerado, localizado a nordeste da ilha prosperou durante os primeiros anos em torno dos engenhos de açúcar e do porto, dando origem uns anos mais tarde, à cidade de São Tomé. Apesar da grande prosperidade que a cultura da cana-de-açúcar trouxe a essa ilha e a seus habitantes, durante o século XVI, com a concorrência, tanto em quantidade como em qualidade, do açúcar do nordeste brasileiro, nos fins do século XVII quebrou-se (como anteriormente tinha sucedido na Madeira) a vida agrícola à base da cana sacarina. Segundo a descrição do piloto anónimo acerca da “navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé”, apesar de terem chegado muitos mestres da ilha da Madeira para melhorarem sua qualidade, e “para fazerem os açucares mais brancos e mais duros (...) por mais diligências que tenham posto nisso, não o podem conseguir” (ALBUQUERQUE, 1989, p. 24). Segundo Francisco Tenreiro (1961, p. 72),

isto foi, não só uma consequência das incomensuráveis possibilidades do Brasil em terras para açúcar e da política ultramarina portuguesa, que depositou

na América do Sul e na Índia todos os seus sonhos de grandeza, como resultou também da má qualidade do produto de São Tomé, que tinha nos mercados cotação inferior ao da Madeira e ao Brasil.

À semelhança das outras ilhas atlânticas de origem portuguesa, o desenvolvimento da estrutura urbana é marcado pela presença da baía e da ribeira. Durante o século XVI, foi instalado o núcleo de carácter civil e religioso em torno da torre do capitão e da igreja Matriz de N. Sa. da Graça e da igreja e hospital da Misericórdia. Com o surto de desenvolvimento económico provocado pelo comércio açucareiro e com o aumento de população, a cidade cresce para poente desenvolvendo-se um outro núcleo, de carácter mercantil, ligado ao porto e aos edifícios cujas funções com ele estão associadas – o edifício da alfândega e o edifício da feitoria. A estrutura urbana inicial desenvolve-se assim, a partir de uma pequena rua, junto à costa e paralela ao mar que separa o quarteirão da Misericórdia do quarteirão dos edifícios confinantes com a torre. Essa rua liga o núcleo da Sé e da Misericórdia ao porto e constituiu o que se designou, segundo a planta de João Rozendo Tavares Leote (1788/1796), “Rua Grande” e, posteriormente, “Rua Direita” (BRÁSIO, 1955c, p. 190).

O povoamento inicial era, portanto, do tipo linear e fazia-se ao longo desse caminho que acompanhava a linha da costa. Esse eixo é o elemento estruturador da cidade e é ao longo dele que se implantam os edifícios institucionais mais importantes: a torre do capitão, a Misericórdia e a Sé – ligada a esta por um amplo terreiro –, posteriormente, a alfândega, a câmara e a cadeia, e, mais tarde, a fortaleza de S. Sebastião, para nascente, e a igreja de S. João, para poente. A adaptação às condições geográficas locais é clara, pela forma como foram implantados os primeiros edifícios e pela forma como se desenvolveu a primeira rua (ou caminho) de São Tomé, isto é, pela forma como a cidade evoluiu e se estruturou. Na cidade de São Tomé, tal como se verificou para muitas outras cidades de origem portuguesa, existe um caminho ao longo da costa que constituiu a estrutura primordial de ocupação do território. A Rua Direita, para além de ligar vários elementos urbanos de grande significado, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas ruas que se cruzam com estas, mais ou menos na perpendicular. Cria-se,



assim, numa primeira fase, uma estrutura regular de quarteirões alongados, essencialmente constituídos por edifícios que serviam de armazém para guardar *os açúcares* e por edifícios pertencentes à alfândega, podendo ainda hoje adivinhar-se através do traçado existente. Os lotes urbanos são paralelos uns aos outros e ocupam de um lado ao outro do quarteirão, tendo uma frente para uma rua principal e outra para uma rua secundária (Figura 1 A e B).

A esse traçado corresponde a primeira fase de desenvolvimento urbano, iniciada com a chegada dos primeiros colonos e essencialmente marcada pela existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga. Essa fase, comum a outras cidades atlânticas de origem portuguesa (como o Funchal, Angra ou Ribeira Grande), é caracterizada pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos) ao longo do desenvolvimento da referida rua.



**Figura 1** - Conjunto de quarteirões situados na actual baixa da cidade de São Tomé, construídos no período colonial.

Fonte: Isabel Godinho, 2009 e Teresa Madeira da Silva, 1999.

Mais tarde assiste-se, durante o século XVII, a uma outra fase de desenvolvimento urbano, marcada por uma malha regular que ainda hoje se reconhece na actual baixa de São Tomé. A estrutura de quarteirão caracteriza-se pela existência de lotes com uma única frente virada para a rua, sendo que a outra dá para o interior do quarteirão. A forma dos quarteirões passa a ser mais parecida com o quadrado. Nessa fase de crescimento, o núcleo urbano estende-se para o interior e ao longo da marginal, com a implantação de novas igrejas e pontos defensivos. Os primeiros exemplos conhecidos são: a igreja de S. João Baptista, no local da atual igreja de S. João, a poente do núcleo central da cidade; a igreja da Madre de Deus, a “um quarto de légua [da cidade]” (BRÁSIO, 1955b, p. 18); a igreja de Santo Amaro, “no termo da cidade” (BRÁSIO, 1955a, p. 3); a capela de S. Sebastião, em frente à fortaleza de S. Sebastião e, por conseguinte, no extremo nascente da cidade; o Real Hospício de Santo António dos Capuchinhos Italianos, cuja localização não foi detectada; um outro hospício, este “no melhor çitio que tem a Cid.e” (AMBRÓSIO, 1970, p. 298), não se reconhecendo sua localização concreta; e finalmente um outro, o da Ordem de Santo Agostinho, que se localiza junto à Igreja da Conceição e que, em todo o caso, pode ser o anteriormente referido, cujo nome e local não se reconhecem. À semelhança das outras cidades insulares portuguesas situadas junto a baías, as fortalezas são construídas nos seus extremos. Na cidade de São Tomé, contrariamente a muitas outras suas contemporâneas, não se verificou a construção de muralhas, apenas se verificou o início da construção de uma trincheira. As boas condições de defesa da baía (com uma curvatura muito apertada) talvez fosse a razão para sua inexistência. Nessa altura (meados do século XVI), só a fortaleza de S. Sebastião foi edificada, no entanto, em 1613/1614 e em 1756, respetivamente, outros dois pontos defensivos foram instalados: o forte de S. Jerónimo, junto à Praia Pequena, e o Forte de S. José, no outro extremo da baía, na ponta de Cabo Verde. Dada a localização desses edifícios, é possível reconhecer uma rede viária em estrela que, a par com a ribeira que penetra para o interior da ilha, acentua essa tendência e fez com que o aglomerado se desenvolvesse para o interior.

Assim, essa fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de

edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente uma forma quadrangular, e onde a hierarquia das ruas anteriormente verificada desaparece para dar lugar a uma nova forma onde as frentes dos lotes dão para as ruas e as traseiras para os interiores dos quarteirões, organizando-se costas com costas. Aqui os traçados são influenciados pelo modo de fazer cidade no continente português no século XV e XVI, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante. Aqui, como noutros casos já referenciados, o núcleo urbano de São Tomé estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos, criando por um lado uma rede viária em estrela, que J. M. Fernandes (1989, p. 248), designa por estrutura “radioconcêntrica” ou “irradiante”. Por meio da observação das plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino dos séculos XVII<sup>2</sup> e XVIII<sup>3</sup> (Figura 2), podemos bem verificar esta tendência.

Posteriormente e durante o século XX, o crescimento da cidade é marcado por importantes obras de saneamento, associadas à existência de pântanos e ao aparecimento de novos bairros de vivendas isoladas, típicas do Estado Novo construídos sobre eles. São de destacar o antigo bairro Salazar (a norte), e o antigo bairro Marcelo Caetano (a poente, junto à marginal), construídos nos anos 50 do século XX. Também, o aparecimento de novos edifícios de equipamento como os do antigo cineteatro, do arquivo histórico e do mercado municipal, entre outros, imprimem à cidade o cunho modernista próprio da época.

Atualmente, podemos encontrar alguns edifícios e conjuntos urbanos de referência construídos no período colonial. Um exemplo é o edifício do Palácio presidencial, situado no local onde, por volta de 1492/1493, mandou-se construir, por Álvaro de Caminha, a torre do capitão, um dos edifícios mais importantes da cidade, situado junto à ribeira, na Praça do Povo. Também situada junto à Praça do



**Figura 2** - Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de São Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião (1788-1796), por João Rozendo Tavares Leote (440 x 670 mm); A.H.U., c. m., n. 176

Fonte: NEVES, 1989.

Povo, a antiga igreja de N. Sa. da Graça, actual Sé de São Tomé, teve sua construção iniciada no reinado de D. Manuel, na altura em que Álvaro Caminha era capitão da ilha. Segundo se presume, a atual Sé teve várias reconstruções: a primeira, por ordem do rei D. Sebastião, entre 1576 e 1578; posteriormente, em 1814, por iniciativa de alguns habitantes da ilha; e mais recentemente em 1956, verificando-se algumas alterações na fachada principal. A antiga Misericórdia, atual tribunal, é outros dos edifícios que podemos destacar dentre as construções de referência do período colonial. Situado mais para norte e, por conseguinte, mais perto da praia, em frente à Praça da Revolução, o atual tribunal localiza-se no antigo edifício da Misericórdia, constituído pela igreja e pelo hospital e mandado construir por D. Manuel em 1504. Na época em que foi construído, esse conjunto situava-se num dos melhores

<sup>2</sup> Planta da Baía de Ana Chaves, compreendendo a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de Nossa Senhora da Graça (16 de dezembro de 1646); A. H. U., c. m., n. 170.

<sup>3</sup> Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de São Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião (1788-1796), por João Rozendo Tavares Leote (440 x 670 mm); A. H. U., c. m., n. 176.



terrenos da povoação, não longe da Sé e da torre, integrando o núcleo primordial da povoação.

Relativamente a conjuntos urbanos, é de salientar o conjunto de quarteirões situado na atual baixa de São Tomé, constituído por edifícios de dois, três e quatro pisos, construído entre os séculos XVII e XIX e marcado pela regularidade do traçado urbano e de forma quadrangular (Figura 3 A e B).

Esse conjunto integra ainda hoje um tecido urbano consolidado e edifícios semelhantes aos construídos na mesma época no continente português. De cariz modernista, destacam-se: o edifício do mercado municipal, situado junto ao antigo frigorífico municipal na Avenida da Conceição; o edifício do liceu nacional, na Avenida da Armada; os edifícios do arquivo histórico e do antigo cinema Império (atual cineteatro Marcelo da Veiga), localizados na Praça dos Heróis da Liberdade, ambos construídos no fim dos anos 60 e recentemente recuperados; o edifício da Companhia Santomense de Telecomunicações, situado na marginal; e o edifício do atual Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, na Praça da Independência.

Localizadas sobretudo junto à marginal, ainda podemos encontrar algumas antigas casas coloniais de um ou dois pisos, sobrelevadas em relação ao pavimento térreo, formando uma caixa de ar (permitindo que o ar circule de modo a refrescar a casa e impedir a propagação da humidade), e construídas em madeira (Figura 4 A e B). Na sua maioria, a planta apresenta a forma quadrangular e o telhado é de duas ou quatro águas, incluindo, normalmente, varandas corridas em todas as fachadas, de modo a que as janelas fiquem à sombra. Essas casas, tipicamente coloniais, são designadas por Francisco Tenreiro como o tipo tradicional de habitação na ilha de São Tomé. Segundo o mesmo autor, este tipo de casas apresenta as seguintes características:

ser de traça quadrangular, assentar em estacaria e inteiramente construída de elementos vegetais – tabuado, palha, nervuras e andalas de certas palmeiras. Mais complexa ou não, consoante o nível social do seu proprietário, a casa é por toda a ilha a réplica da Natureza (TENREIRO, 1961, p. 123).

Há a destacar o edifício da atual embaixada de Portugal, cuidadosamente recuperado e localizado no cruzamento da Avenida da Armada com a



**Figura 3** - Conjunto de quarteirões situados na atual baixa da cidade de São Tomé, construídos no período colonial. Fonte: NEVES, 1989. Fonte: Isabel Godinho, 2009.

Avenida Eng. Rebelo de Andrade, e alguns exemplares, também recuperados, junto à marginal.

Segundo Tenreiro (1961, p. 123):

a construção da casa é simples. Traçado o quadrilátero, assentam-se os prumos, de boas madeiras, como a de jaca, quina e pau-ferro, que constituíram a estacaria e o esqueleto, que depois de devidamente travado por paus colocados na diagonal será forrado de tabuado, deixando somente aberturas destinadas às janelas e à porta. A escada é exterior e a cozinha, em anexo, também de traçado quadrangular, terá proporções mais ou menos modestas, quase sempre térrea e separada do edifício principal. A casa assim construída apresenta a possibilidade de se desmanchar facilmente nos seus elementos constitutivos, permitindo que o seu proprietário, em caso de necessidade o desmonte e transporte para outro local mais do seu agrado.



**Figura 4** - Casas coloniais de planta quadrangular, construídas no período pré-independência

Fonte: VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2010.

Verificou-se igualmente nesta altura o crescimento da cintura periférica ao centro urbano, em virtude da migração da população do interior da ilha, mais pobre, e atraída pelas ofertas de trabalho proporcionadas pela proximidade do centro urbano. Esse crescimento ocorreu, na maior parte dos casos, de forma espontânea, sem o controlo e sem o apoio político e administrativo. Aqui as casas são também de materiais naturais, no entanto de forma mais simples e modesta. São também de forma quadrangular, mas muitas são só com uma divisão. Normalmente abrem para um pequeno quintal onde as mulheres preparam os alimentos e fazem suas atividades diárias.

### A cidade pós-independência

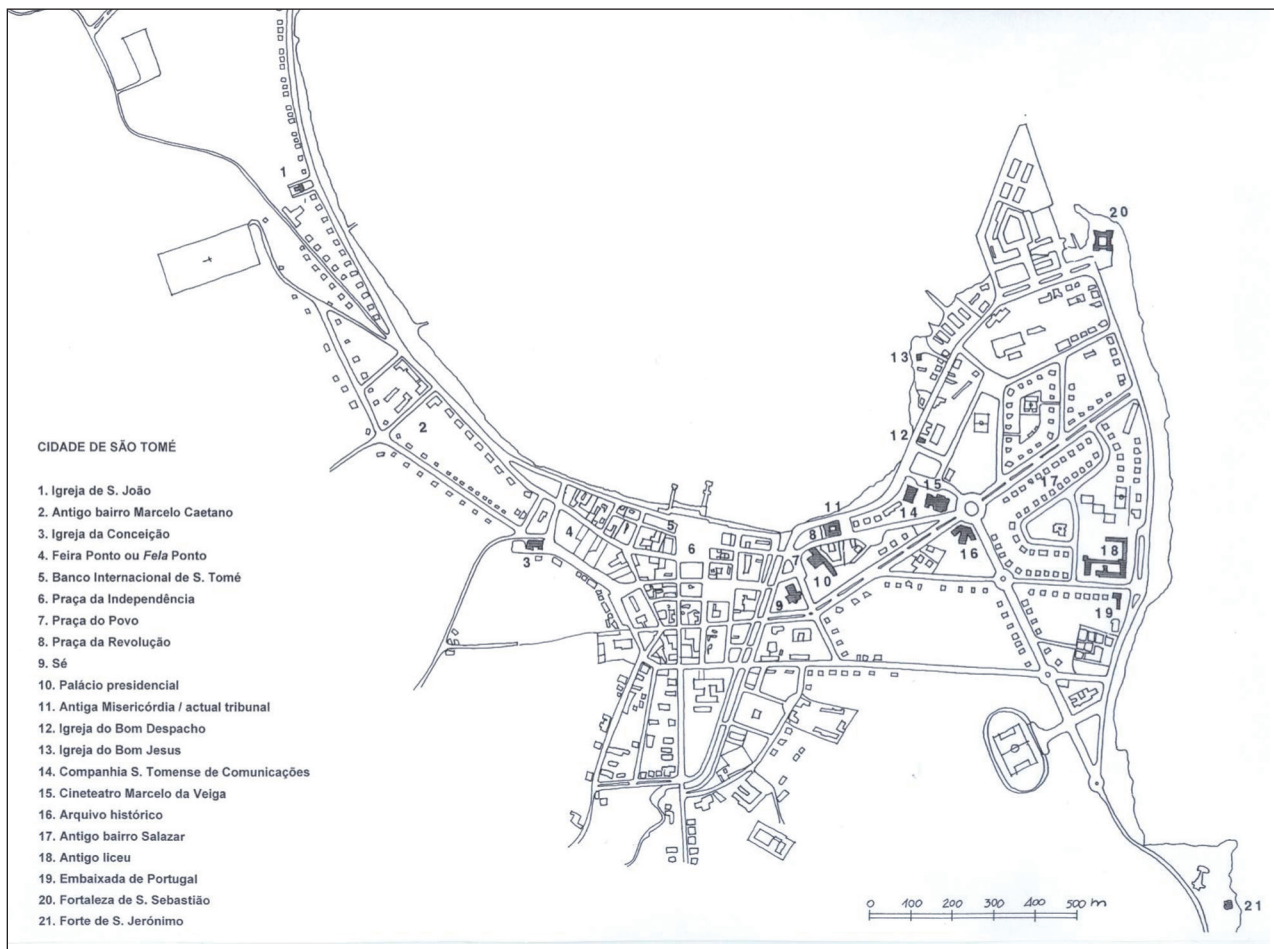
Na década de 1970, após a revolução de 25 de abril de 1974 e a independência das colónias

africanas, verificou-se em todas elas a saída da maioria dos residentes de origem portuguesa, retornando ao continente português. Porém, nesta altura, no arquipélago de São Tomé houve dois movimentos populacionais – a saída da maioria dos residentes portugueses e o regresso de centenas de refugiados são-tomenses vindos de [Angola](#). Após independência, em 1975, o centro urbano foi ocupado pela elite nacional, mantendo-se a periferia com habitação de apoio à mão de obra que servia ao núcleo urbano. O centro urbano ou a cidade histórica mantiram-se após a independência, até ao fim do século XX, quase sem alterações; apenas alguns edifícios se foram degradando e a cidade assemelhava-se, até há bem pouco tempo, a uma cidade parada no tempo. Atualmente, bastantes edifícios foram recuperados, as casas pintadas, e a cidade recuperou a beleza e o aspeto aprazível de épocas anteriores. Segundo dados do *site* oficial da Direção Geral de Turismo de São Tomé e Príncipe, atualmente a população de São Tomé e Príncipe resulta essencialmente de uma mistura de descendentes de escravos vindos de África e portugueses europeus. Segundo a mesma fonte, nas últimas décadas, a população tem crescido consideravelmente; todavia, com pouco mais de 151 mil habitantes, este país é um dos menores da África (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2012a).

Segundo um estudo divulgado pelo Gabinete de Ambiente de São Tomé e Príncipe (GASTP), do total da população, em torno de 131 mil vivem em São Tomé e 6 mil no Príncipe (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2012b). Mais de 60% da população concentra-se num raio de 10 km da capital do país nas duas das sete áreas administrativas (Distritos de Água Grande e de Me-Zóchi), que representam apenas 13,8% do território nacional. Ainda de acordo com o GASTP,

a taxa de crescimento médio anual da população é de 1,6% por ano. A densidade populacional de São Tomé e Príncipe é de 137 habitantes por km<sup>2</sup>. No entanto, ela chega a ser grande em algumas localidades (3.000 hab./km<sup>2</sup> no norte e nordeste de São Tomé) – e muito reduzida noutras (20 hab./km<sup>2</sup> no Sul-sudeste de São Tomé e na ilha do Príncipe), derivado do sucessivo fluxo da população em direção às zonas urbanas e péri-urbanas (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2012b, p. 11-12).





**Figura 5** - Planta de São Tomé com a indicação dos edifícios e espaços urbanos significativos majoritariamente do período colonial. A partir do “Levantamento da cidade de São Tomé”. Escala do original 1:2.500. SCOTRDSTP.

Fontes: Dados da pesquisa, 2001.

Na capital, a densidade da população atinge o valor mais alto: 3.145 habitantes por km<sup>2</sup> enquanto o Distrito de Caué, (26,7% da superfície do país), tem apenas 21 habitantes por km<sup>2</sup>.

O distrito de Água Grande, onde se situa a cidade de São Tomé, tem atualmente uma densidade populacional de quase 3 mil habitantes por quilómetro quadrado, sendo o Distrito com a maior concentração humana do país. Segundo o Plano Distrital do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PDADD),

a migração interna rumo à Capital e seus arredores apresentava em 1991 uma taxa da ordem dos 2% ao ano. Tal fenómeno faz com que uma parte cada vez mais numerosa e em crescimento contínuo dessa população viva desenquadrada e em

condições extremamente precárias, ao ser constituída por indivíduos deslocados e desenraizados, em busca de estruturas de acolhimento e meios de sobrevivência, que infelizmente não conseguem encontrar e nem é provável que venham a encontrar ainda que a médio prazo ou, se calhar, mesmo até a longo prazo (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2012, p. 27-28).

As ocupações, situadas próximo dos limites geográficos do centro histórico de São Tomé, são preenchidas por populações com poucos recursos e, por esse facto, verifica-se na maioria dos casos a coexistência de habitações associadas a atividades agrícolas. À semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, e como refere Isabel Raposo e Cristina Henriques em relação à cidade

de Maputo, “a expansão das áreas peri-urbanas, processa-se primeiro, de modo quase mono funcional, com a emergência de atividades económicas e a introdução de equipamentos e serviços de bairro os quais concorrem para o incremento da urbanidade” (RAPOSO, HENRIQUES, 2005, p. 116). Assim, o que inicialmente era ocupado por edifícios para habitação passou depois a servir para outras atividades de comércio ou serviço.

## A cidade dual

Atualmente, a cidade de São Tomé é o núcleo urbano principal da ilha, o centro da rede de transportes e estradas, uma vez que é atravessada pela via de comunicação principal (a estrada que percorre o perímetro da ilha) e, à semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, desenvolveu-se de forma dual: por um lado, encontramos o centro urbano consolidado, construído no período colonial; por outro, temos as zonas periurbanas nas margens do centro urbano com construções precárias, feitas de materiais naturais, sobretudo de madeira (com cobertura de chapa de zinco), e ocupando grandes extensões de território (Figura 6).

Aqui as casas assemelham-se às casas tradicionais do centro histórico, embora de forma mais modesta. Assim, também são de traçado quadrangular, com cozinha anexa, e são igualmente construídas com materiais naturais: a estrutura de madeira e cobertura de folhas de palmeira ou chapa, embora mais recentemente de zinco.

Alguns desses assentamentos desenvolveram-se, ainda no período pré-independência, na envolvente da cidade histórica: grandes áreas habitacionais que, segundo a terminologia de José Forjaz, poderemos considerar como sendo assentamentos informais. Segundo esse autor, o

assentamento informal é, na maioria dos casos, a consequência de um processo longo e complexo de ajustamento das famílias, e dos indivíduos, a condições adversas onde os seus interesses, muitas vezes opostos, encontram formas de coexistência num equilíbrio precário mas, apesar de tudo, reconhecido por todos dentro do assentamento informal, ainda que tal nem sempre pressuponha o reconhecimento oficial pelas autoridades (FORJAZ, 2006, p. 42).



**Figura 6** - Casas no bairro na periferia da cidade feitas de madeira  
Fonte: VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2010.

Essas zonas são ocupadas pelas populações do interior da ilha, que, por razões económicas ou mesmo sociais, decidem ocupar um território fora do centro urbano, mas com alguma proximidade em relação a este. Aqui cada indivíduo é o responsável pelas intervenções estruturais, habitacionais, viárias e sanitárias da sua própria casa, sem qualquer preocupação em relação ao espaço urbano coletivo. Apesar de esse tipo de estrutura não ter sido planeada, reconhece-se no parcelamento dos bairros uma hierarquia de vias estruturadas a partir dos caminhos principais de acesso ao centro urbano. Apesar de não serem loteados, no sentido tradicional do termo, reconhece-se neles uma hierarquia de caminhos de acesso às habitações a partir das vias principais de acesso aos bairros (Figura 7).

Na maioria dos bairros existe uma rede viária principal periférica constituída pelas vias de acesso à cidade. Não existem estradas acessíveis a viaturas no interior, mas sim alguns arruamentos bastante degradados pelos efeitos da erosão. A rede de





**Figura 7** - Bairro do Riboque nas margens da zona central da cidade de São Tomé  
Fonte: VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2010.

caminhos de peões que dá acesso às casas é constituída por caminhos de pé posto (de terra batida), bastante estreitos, degradados pela erosão e muitas vezes estrangulados por outras construções ou pelos seus quintais.

Podemos, desse modo, identificar em muitos casos vias de distribuição principais (rodovias), vias em asfalto deteriorado, caminhos de terra batida (caminhos de pé-posto) e ainda outros caminhos mais estreitos e tortuosos, resultante do espaço não ocupado e resultante de acrescentos ou novas construções em bairros já densamente ocupados. Assim, como referem Isabel Raposo e Henriques (2005, p. 117), também aqui,

o aumento da densidade destes bairros faz[-se] não apenas através da ocupação de espaços livres públicos mas também do aumento da densidade das unidades habitacionais, quer com a subdivisão dos talhões, quer com o aumento do número

de construções no talhão, o que confere nova fisionomia às áreas habitacionais.

Essa dicotomia, resultante destes dois tipos de assentamentos (pré e pós-colonial), gera situações de segregação social e as estruturas urbanas são constituídas por espaços e edifícios com indícios de suburbanidade com zonas de ocupação bastante precária. A situação de precariedade resulta, em grande parte, da ausência de planeamento e controlo do uso do solo, resultando daí grandes extensões habitacionais sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamentos sociais. Apesar disso, segundo Forjaz (2006, p. 42),

os assentamentos informais são zonas urbanas em constante crescimento, que não oferecem aos seus residentes condições de vida minimamente aceitáveis, apesar de existirem neles aspetos bastante atrativos, sobretudo no que diz respeito à



sua localização favorável em relação aos centros de emprego e de serviços.

A malha urbana que constitui esses bairros é como um somatório de intervenções sem visão de conjunto, sendo os únicos espaços públicos os caminhos de acesso às casas ou aos quintais. As formas de ocupação do solo resultam, desse modo, diversificadas, sem limites precisos, ao contrário do que podemos verificar no traçado colonial. A falta de infraestruturas básicas é visível – o fornecimento de água potável canalizada, de energia para iluminação pública ou um sistema de remoção de lixo adequado são inexistentes, retirando qualidade de vida e de conforto às populações que habitam nessas áreas. Se por um lado, verificamos baixa qualidade de construção, por outro, verificamos igualmente preocupações de adaptação às condições locais. Embora existam casas de alvenaria de tijolo, a maioria das casas é construída em materiais tradicionais cobertos de zinco ou capim e assente em estaca (tipo palafitas), por causa dos solos pantanosos que rodeiam a cidade. As cozinhas e casas de banhos (que nem sempre existem) por vezes encontram-se situadas fora das casas, anexas.

Alguns dos aspetos negativos desse tipo de assentamentos são, como para outras cidades africanas, a ocupação de lugares inadequados com risco de inundações, sobretudo porque a cidade de São Tomé assenta, em grande parte, sobre áreas pantanosas. No entanto, podemos reconhecer a integração na estrutura urbana da cidade, no sistema de ruas e estradas ou na topografia do terreno, uma vez que, tal como se verificou durante o período colonial, esse tipo de assentamentos desenvolveu-se de forma descontínua e com maior densidade junto às vias de acesso ao centro da cidade.

Para além dos aspectos técnicos e formais anteriormente descritos, os problemas ambientais dessa zona devem-se sobretudo ao aumento populacional e aos baixos recursos económicos das populações que nelas habitam. Segundo o PDADD,

o principal fluxo de emigração nacional está dirigido para São Tomé, capital do país, originando uma pressão crescente sobre os recursos naturais, sociais e económicos do mesmo. Os efeitos deste aumento demográfico descontrolado são visíveis com o surgimento e crescimento de bairros mar-

ginais na capital, maior pressão sobre o já difícil acesso às infraestruturas incluindo água canalizada, sistema de saneamento, energia, habitação, etc. (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 2012, p. 61).

## Conclusão

Relativamente ao desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, podemos reconhecer em muitas cidades de origem portuguesa uma dualidade no seu desenvolvimento, por um lado a cidade histórica construída no período colonial, por outro a cidade do subúrbio construída essencialmente pós-independência nas margens do centro urbano. Relativo à cidade colonial, podemos reconhecer, como noutras cidades de origem portuguesa, fases de desenvolvimento urbano distintas e onde a adaptação às condições locais e as necessidades relacionadas com aspectos económicos, militares, sociais e ambientais são fatores determinantes.

Assim, com a chegada dos primeiros colonos, a primeira fase é essencialmente marcada pela escolha da localização (junto a uma baía abrigada, com boas condições para a criação de um porto natural, com condições topográficas boas para a implantação de pontos de defesa e próxima de uma ou ribeira para abastecimento de água potável às populações), e pelos primeiros assentamentos. Verifica-se a existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga e caracteriza-se pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos), através do desenvolvimento da referida rua. Aqui as condicionantes naturais foram determinantes para o desenvolvimento do centro histórico. Seguidamente o surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de planimetria retangular, e uma hierarquia de ruas definida pelas ruas principais e secundárias marca outro tipo de desenvolvimento decorrente dos primeiros assentamentos. Posteriormente, a outra fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente forma quadrangular. Por

outro lado, verificamos que na forma de ocupação dos territórios periféricos nas cidades africanas de origem portuguesa (na maioria, constituída por construções precárias e muito deficitária em termos de salubridade e higiene) reconhece-se também uma adaptação às condições locais, tal como se reconhece nas cidades de origem portuguesa espalhadas pelo mundo.

Conclui-se que a procura de um sítio adequado para a localização da cidade e os aspetos geográficos a que a ilha está sujeita, bem como os aspectos económicos sociais e ambientais condicionaram fortemente os primeiros assentamentos e a escolha da localização da cidade. Por outro lado, a forma como a cidade evolui e a forma como a periferia se desenvolve obedecem a critérios associados às condições geográficas locais e também a factores associados com aspectos económicos, sociais e ambientais: crescimento de bairros marginais ao núcleo antigo, desenvolvimento de ruas paralelas e perpendiculares à linha de costa, desenvolvimento aglomerados juntos aos caminhos para o interior da ilha e soluções construtivas adaptáveis ao clima e à morfologia do território.

Verificam-se, tanto nas construções tradicionais do centro urbano do período colonial como nas construções da periferia, algumas semelhanças: casas construídas com materiais naturais, com estrutura em madeira de forma quadrangular, separadas do chão, muitas com varanda a toda a volta da casa, por vezes com coberturas de duas águas e vários anexos (currais, galinheiros, casas para guardar animais domésticos, ou até cozinhas e pequenos arrumos). Tais semelhanças resultam das condições do ambiente. Por outro lado, o facto de inicialmente o núcleo urbano se desenvolver numa zona onde facilmente se poderia construir um porto natural e, mais tarde, se desenvolverem grandes aglomerados populacionais na periferia do centro urbano relaciona-se com factores económicos e sociais, no sentido em que em ambas as situações subsistia o desenvolvimento económico e a procura por melhores condições de vida por parte das populações.

## Referências

ALBUQUERQUE, L. de. (Dir.). **A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

AMARAL, I. Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana. **Finisterra**, v. 40, n. 79, p. 53-72, 2005.

AMBRÓSIO, A. Manuel Rosário Pinto (a sua vida). **Stvdia, Centro de Estudo Históricas Ultramarinos**, n. 30-31, p. 205-329, ago./dez. 1970.

BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955a. v. III. (Coligida e anotada).

BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955b. v. V. (Coligida e anotada).

BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955c. v. VI. (Coligida e anotada).

FERNANDES, A. S.; SÁ, M. F. de; Póvoas, R. F. Tradições: entre o indígena e o informal. Endogenia e heterogenia na arquitetura popular em São Tomé. CONGRESSO LUSOMOÇAMBICANO DE ENGENHARIA, 6., 2011, Maputo. **Anais eletrónicos...** Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57228/2/3042.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

FERNANDES, J. M. O funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento Histórico-estrutural. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA MADEIRA, 1., 1989, Funchal. **Actas...** Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989. p. 247-260.

FORJAZ, A. (Coord.). **Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção**. Maputo: Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat, 2006.

NEVES, C. A. das. **S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVII**. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989.

PORTAS, N. Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIEN (Org.). **Estudos de História de Arte (Homenagem a Artur Nobre Gusmão)**. Lisboa: Abril, 1995. p. 430-435.

RIBEIRO, O. **Aspectos e problemas da expansão portuguesa**. Lisboa: J.I.U., 1962.

RAPOSO, I.; HENRIQUES, C. (Sub)urbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo. **Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa – Cidades Africanas**, n. 5, p. 114-123, maio 2005.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Direção Geral de Turismo de São Tomé e Príncipe – DGTSTP. **Sobre São Tomé e Príncipe – a capital**. Disponível em: <[http://www.stptourism.st/stp\\_acapital.htm](http://www.stptourism.st/stp_acapital.htm)>. Acesso em: 12 out. 2012a.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Gabinete do Ambiente de São Tomé e Príncipe – GASTP. **Perfil nacional sobre a gestão de substâncias químicas – São Tomé e Príncipe. Aspectos Demográficos**. Disponível em: <<http://www.gabinete-ambiente-stp.org/pages/admin/rapport/24.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012b.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Gabinete do Ambiente de São Tomé e Príncipe – GASTP. **Plano Distrital do Ambiente para o Desenvolvimento Durável – PDADD. Água Grande**. Disponível em: <[http://www.gabinete-ambiente-stp.org/pages/docs/agua\\_grande.pdf](http://www.gabinete-ambiente-stp.org/pages/docs/agua_grande.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2012c.

TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. **O urbanismo português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

TENREIRO, F. **Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta**. Praia: Imprensa Nacional, 1956.

TENREIRO, F. **A Ilha de São Tomé**. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

VIAGEM A S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2010. Disponível em <<http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

VIANA, D. L. Cidade Africana - urbanismo [in]formal: uma abordagem integrada e sistémica. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2010, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2253>>. Acesso em: 14 jun. 2012. p. 1-17.

Recebido: 02/09/2012

*Received:* 09/02/2012

Aprovado: 19/10/2012

*Approved:* 10/19/2012